

Violências e Representações de Gênero no Cotidiano Escolar*

Maria Aparecida Souza Couto

Núcleo de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão SE, Brasil

cidabasc@hotmail.com

(Recebido em 22 de janeiro de 2007; aceito em 28 de setembro de 2007)

A violência inquieta e deixa insegura a população, percebê-la cotidiano escolar torna-se assustador. Frequentemente esta violência é dirigida às meninas. Objetiva-se com este estudo desvendar a expressão da violência no cotidiano escolar implicações/barreiras na construção da identidade de gênero e da cidadania plena de alunos das escolas estaduais. O "estudo de caso", a observação participante e as entrevistas semi-estruturadas realizadas com a amostra não-probabilística intencional ampliam a compreensão do fenômeno e a construção da identidade de gênero de alunos da Escola Estadual Jorge Amado, em N. S. do Socorro-SE. Resultados preliminares revelam a violência como expressão da masculinidade. A escola encontra-se frente a desafios urgentes, o estudo sobre violência na escola tendo gênero como uma das categorias de análise, apresenta-se como possibilidade de ampliação e compreensão do fenômeno com vistas ao seu enfrentamento.

Palavras-chave: violência; gênero; cotidiano escolar; representações; cidadania

Violence leaves insecure and concerns the population, to understand it on daily school becomes frightening. Often this violence is directed to girls. The objective of this study is to unveil the expression of violence in daily school implications/barriers in the construction of gender identity and complete citizenship of students from public schools. The "case study", the participant observation and semi-structured interviews conducted with the non-probabilistic intentional sample broaden the understanding of the phenomenon and the construction of identity and gender of students of the State School Jorge Amado, N. S. do Socorro-SE. Preliminary results show the violence as an expression of masculinity. The school is located opposite the urgent challenges, the study on violence in schools and gender as a category of analysis, presents itself as a possibility for expansion and understanding of the phenomenon with a view to their confrontation.

Keywords: violence; gender; daily school; representations; citizenship

1. INTRODUÇÃO

Fenômeno complexo e multicausal, a violência vem permeando as relações escolares de forma significativa, causando impacto e danos no processo educativo, atingindo agressores, vítimas e testemunhas, contribuindo para romper com a idéia de escola como lugar seguro, de disseminação do conhecimento, de formação do ser, veículo por excelência do exercício e da aprendizagem da ética e da comunicação através do diálogo e, portanto, antítese da violência.

Percebe-se que, frequentemente, esta violência é dirigida às meninas. Por culturalmente terem sido representadas como frágeis tornam-se alvos preferenciais dos meninos que as agridem utilizando os diversos tipos de linguagem da violência desde a ameaça, aos socos e tapas. Em geral as meninas são tratadas com pouco respeito, de modo jocoso, a partir de apelidos e palavras grosseiras de cunho sexual. O presente artigo apresenta dados referentes a fase exploratória em que se encontra o projeto de pesquisa com vistas a obtenção da pós-graduação Stictu Senso do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Tem como objetivo desvendar sob a perspectiva de gênero, a expressão da violência no cotidiano escolar implicações/barreiras na construção da identidade de gênero e da cidadania plena de alunos das escolas estaduais.

Os trabalhos que investigam a violência na escola vêm sendo realizados pelas disciplinas ligadas às Ciências Sociais. Na área da Educação faz-se necessário o desenvolvimento de estudos voltados para a temática da violência na escola na tentativa de melhor entendê-la,

instrumentalizando escola e comunidade para um enfrentamento condizente com a realidade apresentada

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. *Considerações sobre a violência*

São inúmeros os significados imputados à palavra “violência”, entende-se que o reconhecimento desta se dá de acordo com o contexto em que vivem as pessoas, as condições históricas e culturais nas quais estão inseridas. Michaud (2001) propõe uma definição de violência na qual, além de voluntária, dá conta tanto dos estados, quanto dos atos de violência:

há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (p. 11).

O autor alerta que a violência é assimilada ao imprevisível, ao desregramento absoluto. Por isso não é de surpreender a dificuldade em defini-la, ela envolve a idéia de uma distância em relação às normas e às regras que governam as situações ditas naturais, normais ou legais. Assim, como definir “o que não tem nem regularidade nem estabilidade, um estado concebível onde tudo ou qualquer coisa pode acontecer?” (p. 13).

Situa a mídia como um dos traços mais característicos das sociedades desenvolvidas contemporâneas, sendo a violência um dos principais alimentos devido à carga de ruptura e de apelo visual que ela veicula, com vantagem para as violências espetaculares, sangrentas ou atrozes, sobre as violências comuns, banais e instaladas. Destaca que a relação com o mundo passa pelas imagens e pela resignificação desta, afirma que a mídia contribui para tornar a violência irreal, banalizando as imagens, servindo como um retrato da sociedade, fato que é absorvido pelos jovens que a reproduzem de forma naturalizada, passando a fazer parte do seu cotidiano (Michaud, 2001).

Este fato é especialmente danoso para a formação da identidade desses jovens, pois, ao vivenciar este cotidiano ocorre interação ideológica que, segundo Zaluar (1992), não se dá apenas entre contatos interpessoais, mas “envolve todas as idéias em circulação, principalmente através da mídia, mantendo a tensão e o conflito entre as idéias, mudando-as no processo e sustentando práticas as mais diversas, inclusive as institucionais”. Candau (2001), adverte que a naturalização de comportamentos violentos pela cultura de massa reforça a banalização da violência, gerando uma cultura do medo, da desconfiança, da competitividade, da insegurança, da representação do outro como inimigo, permeando as relações sociais e interpessoais, cada vez com maior força.

Sabe-se que a violência permeou o cotidiano das sociedades antigas. Entretanto, Elias (1990), nos mostra como os sujeitos atravessaram os séculos num processo civilizador, o qual acompanhou as mudanças ocorridas nas sociedades, modificando a estrutura do comportamento humano. Paulatinamente, surge a regulação dos impulsos e o controle mais complexo da conduta, instaurando-se as boas maneiras e a polidez, onde se vê o refinamento se desenvolver e a agressividade se amenizar.

Considera que, embora os fenômenos humanos – sejam atitudes, desejos ou produtos da ação humana – possam ser examinados em si, independentemente de suas ligações com a vida social, eles, por natureza, “nada mais são que concretizações de relações e comportamento, materializações da vida social e mental”. São, portanto, frutos da relação cultural que se estabelece entre os homens a partir de suas relações interpessoais (ELIAS, 1990:124).

Em Hannah Arendt (1994) encontra-se a distinção entre poder e violência. Para ela a violência é eminentemente instrumental, necessita de implemento, enquanto o poder é obra de conjunto, de grupo, pressupõe a concordância para que tenha legitimidade. O poder é resultante da capacidade interativa do homem para agir em comunhão, isso na essência requer o consenso de muitos para a efetividade comum da ação. Poder e violência são diametralmente opostos: a

existência absoluta de um, é a ausência do outro. A violência floresce onde o poder perdeu sua força. A utilização de meios violentos pressupõe a falência do exercício do poder.

Ao discorrer sobre a violência Hannah Arendt desvenda o potencial cultural pelo qual este fenômeno é permeado, segundo ela é impossível se pensar a história e a política e ficar “alheio ao papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos”:

À primeira vista é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. (...) Isto indica o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas, ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos. Aqueles que visam apenas violência nos assuntos humanos, convencidos de que eles eram sempre fortuitos, nem sérios nem precisos, ou de que Deus sempre esteve com os maiores batalhões, nada mais tinham a dizer a respeito da violência ou da história. Quem quer que tenha procurado alguma forma de sentido nos registros do passado viu-se quase que obrigado a enxergar a violência como um fenômeno marginal. (ARENDR, 1994: 16).

Ao acompanhar esta linha de reflexão, Michaud (2001), corrobora com Arendt (1994), afirmando:

A violência não é mais negada e recalcada e sim reconhecida como problema que pede soluções e remédios. Ela faz parte dos fenômenos submetidos à regulação social. Por isso podemos nos indignar pelo modo cínico e desencantado como as sociedades contemporâneas fizeram da violência um instrumento banal e submeteram-na ao cálculo, à gestão e ao controle; mas também podemos nos espantar de seus recursos sempre renovados para controlá-la, neutralizá-la, redirecioná-la, utilizá-la e, freqüentemente, reduzi-la (p. 113).

Na verdade, é como se a violência tivesse sido incorporada historicamente ao *habitus* do homem moderno, tornando-lhe cínica a consciência, acomodado e indiferente diante de todo tipo de atrocidade e afrontas éticas.

A violência, em suas diversas formas de expressão, tem invadido o cotidiano da sociedade brasileira, seja no plano das instituições que diariamente violam a ética e os direitos do cidadão numa sociedade tida como democrática, seja a violência do trânsito, do consumo e tráfico de drogas, a violência contra mulheres, crianças e idosos, entre tantas outras, revelando situações de total desrespeito às leis e normas vigentes bem como aos seus semelhantes.

2.2. Refletindo sobre a violência

Investigação realizada pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - em 13 Unidades da Federação e no Distrito Federal apresentou um extenso mapeamento e análise do fenômeno da violência nas escolas objetivando a compreensão do mesmo bem como desenvolver propostas que mudem o quadro de degradação das relações humanas e sociais predominante em alguns estabelecimentos de ensino. O estado de Sergipe não participou deste mapeamento. Os dados colhidos nesta pesquisa transformaram-se em livro¹, hoje uma das referências que subsidia a compreensão da violência nas escolas brasileiras. A pesquisa da UNESCO destaca, entre outros aspectos, que o fenômeno da violência alcança cidades médias e regiões menos industrializadas e não é evitado a partir de medidas de segurança interna nos estabelecimentos, revelando-se um problema a ser enfrentado conjuntamente pela sociedade com vistas a reconduzir-se no caminho da socialização pacífica.

Segundo Moreira (2002), os estudos que têm sido realizados sobre a escola procuram focar a indisciplina entre os alunos/as. Estes estudos adotam uma perspectiva que não prioriza a análise das distinções de gênero que são produzidas na escola. Considera que estudar estes fenômenos de modo correlacionado implica propor questionamentos acerca dos modos como estamos educando nossas crianças e adolescentes, e também, sobre até que ponto e de que forma as práticas normatizadoras e as sanções disciplinares presentes na instituição educativa escolar, estão convergindo para a produção e definição de determinados padrões de comportamentos como sendo especificamente femininos e masculinos(p. 141).

Definir a violência na escola não é tarefa imediata, está ligada aos valores culturais subjacentes à população escolar que se investiga. Neste estudo, entende-se violência como

invasão, violação dos direitos do semelhante, pressupondo uma relação de dominação de uma pessoa sobre a outra, ou sobre um grupo, sendo culturalmente alimentada entre os meninos desde o entorno familiar e nas suas relações interpessoais.

Estudar-se-á o processo regulador na escola através do olhar de Foucault (2004), para quem os prédios escolares mais se parecem prisões, que impõem aos corpos uma ordem uniforme, hierarquizada, à qual não há meio de fugir; são regras, controles, limites, punições, dominação imposta aos corpos como modelo disciplinar e normatizador. Todo esse controle é realizado sob o olhar vigilante e hierarquizado do corpo técnico que compõe a escola. Para Foucault, a disciplina é um tipo de poder utilizado para a dominação dos homens. Neste ambiente a violência está presente ao dominar, limitar, padronizar o processo de desenvolvimento do aluno num local onde, supostamente, deveria desenvolver a sua autonomia, senso crítico e liberdade de expressão.

Outra forma de violência presente na escola é a violência simbólica, segundo Bourdieu e Passeron (2004), a escola exerce o papel de agência reprodutora da cultura dominante. A violência simbólica é o poder de impor significações sem o uso da força física e de forma dissimulada, escondendo sua face de violência e imposição. A ação pedagógica é um dos mecanismos pelos quais se impõe a cultura considerada dominante de forma sutil, reproduzindo não só os conteúdos historicamente construídos como também a estrutura das relações sociais entre dominantes e dominados, gerando um habitus durável e transferível.

A cultura da violência adquirida extramuros torna-se, no cotidiano escolar, elemento de sobrevivência e de demonstração de atitudes viris perante os demais. Expressa-se através das brigas, trocas de agressões, depredações ao imóvel, insultos a colegas, professores e funcionários. Neste contexto, é marcadamente inerente aos rapazes que dela fazem uso para demarcar um campo, mostrar sua virilidade e força. Às meninas, na maioria das vezes, reserva-se o lugar de assistente e, por vezes, estimuladora dos atos violentos. São também vítimas preferenciais, pois representam o lado fraco sobre o qual é permitido violar espaços e intimidade.

As violências às quais são submetidas contribuem na sedimentação dos papéis culturalmente definidos, cabendo à mulher o silêncio, a aceitação, a falta de reação, o comportamento passivo e omissivo que as impedem de se posicionar contra os meninos.

No ambiente escolar, as questões inerentes ao gênero, entendida como categoria de análise que pressupõe o estudo do feminino e do masculino, portanto relacional, conforme nos orienta Joan Scott (1993), emergem fortemente uma vez que a violência apresenta-se como demonstrativo de poder, de dominação de um indivíduo sobre o outro. Entende-se gênero como um cabedal de relações construídas pela cultura que usa a diferença biológica para fortalecer e consubstanciar desigualdades entre homens e mulheres. Procura-se ultrapassar esta compreensão de diferenças de ordem sexuais para entender-se gênero segundo um paradigma relacional, ancorado nas relações entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, indistintamente da sua orientação sexual (SAFFIOTI, 2004: 45).

No cotidiano escolar são geradas imagens, representações que desencadeiam comportamentos e ações que provocam um sentimento de alteridade ao se verem no outro, ao terem o outro como referencial a ser seguido ou renegado, necessitando, portanto de uma reafirmação constante. Agnes Heller (2004), nos diz que o cotidiano é a vida de todos os dias e de todos os homens em qualquer época e que as transformações históricas apenas mudam a cotidianidade, mas não extermina os hábitos inerentes ao fazer humano. É formado por pequenas construções, pequenas ações, são os gestos simples que compõem o dia-a-dia.

Jovchelovitch (2000), nos oferece suporte para o entendimento de representações como o produto da tradição imposta pela estrutura histórica e social, possuindo um caráter produtor de simbolismos que representa o espaço do sujeito social na busca para dar sentido, interpretar e construir o mundo em que se encontra. Portanto, as representações do feminino presentes na escola reproduz o que os/as alunos/as vivenciam na sociedade.

Neste sentido, Colombier (1989:17), salienta que a violência que as crianças e os adolescentes exercem é, antes de tudo, a que o seu meio exerce sobre eles, ou seja, elas reproduzem tudo aquilo que vivenciam num processo de resignificação sobre o real, tendo na mídia e nas novas tecnologias um dos elementos fomentadores de suas ações. Expostas às

mensagens a criança por vezes não encontra mediação no lar, e absorve como verdade o agir violento que é o modo que ela encontra de se fazer entender. Por conseguinte, tende a reproduzir na escola, entre os colegas, professores e funcionários, formas de ação apreendidas no seu cotidiano.

No aprendizado diário que ocorre nas diversas esferas da vida cotidiana a escola adquire relevância por tratar-se de ambiente formal onde conteúdos historicamente produzidos são colocados ao dispor do alunado no sentido de formá-lo, de instruí-lo segundo os códigos sociais vigentes. Deste modo, conviver com a violência cotidiana da escola implica num aprendizado forçado que gradativamente é transmitido ao entorno no qual o aluno convive.

Entende-se que a violência na escola não pode ser vista apenas como uma modalidade de violência juvenil, sua ocorrência expressa, segundo Abramovay (2003: 14), a interseção de três conjuntos de variáveis independentes: o institucional (escola e família), o social (sexo, cor, emprego origem sócio-espacial, religião, escolaridade dos pais, status sócio-econômico) e o componente comportamental (informação, sociabilidade, atitudes e opiniões).

Neste sentido, Araújo (2004: 20) enfatiza que “só tem sentido falar de violência humana se falar também de cultura”, uma vez que só existe violência no contexto da interação humana, onde a agressividade apresenta-se como instrumento de um desejo de destruição, de expressão de poder sobre o outro. Deste modo, como todas as pessoas são, atesta Saffioti (2004: 37), a história de suas relações sociais, a lenta e constante imposição do masculino como dominante na sociedade ocidental produziu o desequilíbrio entre as relações mais amplas entre homens e mulheres, criando antagonismos, imposições e desigualdades baseadas no exercício do poder do mais forte sobre o supostamente mais fraco elo da cadeia social. Por conseguinte,

as identidades masculinas e femininas são socialmente construídas e devem ser desnaturalizadas, retirando-lhes a aparência de natural, ainda que o discurso com que se apresentem assim as designe, verificando que o status e o papel do homem e da mulher na nossa sociedade são independentes do sexo em si (Heilborn, 1990, apud GOLDENBERG 1991: 42).

Nessa perspectiva, Cruz² (2001) considera que a utilização da categoria gênero constitui uma contribuição significativa e oportuna para análise de uma das desigualdades fundamentais do desenvolvimento humano e dos direitos humanos; permite analisar os diferentes lugares de poder que mulheres e homens ocupam em distintos espaços da sociedade e que devem ser identificados para compreender suas repercussões de forma diferenciada nos aspectos da vida dos indivíduos de acordo com o sexo. O termo gênero é utilizado para sinalizar as características socialmente construídas que estruturam a definição do que é masculino e feminino. O núcleo dessa definição relacional reside em uma hierarquia de poder que estabelece os diferentes níveis de relações sociais existentes na sociedade, possibilita tornar visíveis as inquietudes nos diferentes âmbitos, para estimular assim, o conhecimento sobre as influências recíprocas entre as dimensões econômicas, políticas e cultural.

Nessa linha de reflexão, a distinção de gênero foi utilizada para designar o conjunto de construções sociais, que incluem as diversas formas e padrões de relações sociais, vinculadas à vida cotidiana, costumes, identidades, argumentos e senso comum que fazem referência às semelhanças e diferenças da conduta de homens e mulheres. *O que gênero é, o que as mulheres e os homens são, e os tipos de relações que acontecem entre eles são simples elaborações de dados biológicos, mas em grande medida, produtos de processos culturais.*

2.3. Procedimentos metodológicos e dados preliminares do estudo da violência nas escolas

Em Sergipe, a violência das ruas gradativamente invade as escolas chocando os pais que sentem-se inseguros em enviar seus filhos à escola. A violência na escola provocou maior impacto quando um adolescente de 14 anos golpeou com uma faca o peito do colega de 16 anos, levando-o a óbito³. O fato ocorreu na quadra de uma escola estadual localizada na região metropolitana do município de Aracaju. Provocou a mobilização do Ministério Público Federal e a intensificação das rondas da Companhia de Segurança Escolar – CSE.

Semanas depois uma professora foi assassinada nas proximidades de uma escola da rede pública estadual ao reagir a um assalto. Casos de estupro nas imediações das escolas bem como

o uso de drogas, porte de armas e objetos perfuro cortantes denunciam a vulnerabilidade e a insegurança a que estão expostos os/as jovens que freqüentam as escolas.

Uma das dificuldades encontradas em traçar um mapa da violência nas escolas de Sergipe é a ausência de registros sistemáticos. O Sindicato dos trabalhadores em educação básica - SINTESE não tem levantamento das ocorrências registradas nos últimos anos, baseia suas análises a partir de informações coletadas junto aos professores que relatam um cotidiano de variadas violências na escola. A falta de dados concretos também é verificada nas secretarias municipais e estaduais de educação. Seus representantes encaram os casos de violência na escola como corriqueiros, *poderiam ter acontecido em qualquer lugar*.

2.4. Possíveis caminhos da investigação

Investigar a violência e as representações de gênero no contexto escolar a partir da abordagem qualitativa encontra amparo em Minayo (1996), implica tratar de descobrir as características culturais que envolvem a existência das pessoas que participam da pesquisa, através delas se pode chegar a precisar os significados dos aspectos do meio como também, a partir desse ponto de vista, podem derivar considerações importantes capazes de ampliar a compreensão do fenômeno. A elucidação da questão levantada será possível através da técnica do estudo de caso, pois permite o exame em profundidade de um caso particular, porém representativo de outros casos análogos, a partir dos quais o pesquisador pode extravasar do particular para o geral (LA VILLE, 1999).

O campo empírico onde se dá a investigação é uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino, situada no município de Nossa Senhora do Socorro no estado de Sergipe, Conjunto João Alves, próxima aos conjuntos habitacionais Marcos Freire I, II e III, e ao Fernando Collor, bairros considerados violentos pela população escolar. Optou-se por esta unidade de ensino pelo fato da mesma encontrar-se localizada no município que, em que pese o fato de possuir o terceiro IDH do Estado (0,696), apresenta indicadores sociais preocupantes no que se refere ao abastecimento de água tratada, iluminação pública, rede de esgoto, postos de saúde, asfaltamento de ruas, arborização, bibliotecas e áreas de lazer. Sobre um dos indicadores de violência contra a mulher no município, destaca-se que, estudo realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, aponta que, em 2004 o município ocupava a 181ª colocação em casos de estupros no Brasil, sendo que em 2005, obteve a 32ª posição⁴.

Outro dado preocupante é o fato de muitos dos menores relatarem que recebem auxílio do programa do Governo Federal, o “Bolsa Escola”, mas que também trabalham vendendo doces, carregando compras, guardando carros e junto com os pais para ajudar nas despesas de casa.

O estudo de caso abrange a população que freqüenta a escola. Oriunda destes bairros, estão na linha de pobreza. A maioria dos pais abandonou a escola e têm no trabalho informal a fonte de renda. Em sua maioria, as crianças apresentam comportamentos agressivos para com colegas, professores e funcionários. Dentro da escola impera um clima de balburdia e desordem, o comportamento socializado parece ausente das suas dependências.

A escola atende a uma população de 1.370 alunos/as distribuídas nos três turnos: no matutino atende crianças a partir da faixa etária de 06 anos de idade com aulas na Educação Básica que vão da alfabetização à 4ª série. Pela manhã também funcionam os programas “Se liga” e “Acelera”, mantidos pelo Instituto Ayrton Senna numa parceria com o governo do estado de Sergipe. Têm por objetivo corrigir a distorção idade/ série de ensino. No turno vespertino oferece classes da 5ª à 8ª série do Ensino fundamental. À noite o público alvo da escola são pessoas acima dos 16 anos de idade que freqüentam o programa “Educação de Jovens e Adultos”.

A fonte primária serão depoimentos dos sujeitos que compõem o cenário escolar: alunos/as, professores/as, funcionários/as, equipe técnica, coordenadores/as e diretora. Os instrumentos de coleta de dados a serem utilizados são questionários, entrevistas, observação, análise de documentos, gravações, anotações em diário de campo. Após categorizar as informações coletadas proceder-se-á à análise do conteúdo, buscando a essência da substância do contexto, nos detalhes dos dados disponíveis a partir do roteiro oferecido por Bardin (1977).

As entrevistas preliminares com a equipe técnica revelam que as ocorrências estão distribuídas entre o turno matutino e vespertino, abrangendo alunos/as na faixa etária dos 08 aos 15 anos. Estes dados compatibilizam-se em parte com os fornecidos pela Companhia de Segurança Escolar que apresentam a faixa etária entre 12 e 18 anos como as que mais demandam ocorrências. Observa-se que a escola não mantém uma sistematização no registro dos fatos – apenas no turno vespertino adota-se este procedimento – o que dificulta estabelecer um perfil das expressões de violência bem como os encaminhamentos adotados. Na avaliação das coordenadoras de ensino as violências são praticadas pelos meninos que se utilizam da força física para coagir, bater, intimidar aqueles que consideram mais fracos: as meninas, assim como aquelas pessoas que apresentam alguma característica considerada como diferente – cor, sexo, comportamento, aparência física, etc -são os mais estigmatizados. Entretanto, apontam que tem aumentado o número de meninas que se envolvem em brigas e reagido às ações violentas praticadas pelos meninos.

A Companhia de Segurança Escolar-CSE, foi formada pela Secretaria de Segurança pública com o objetivo de atender às solicitações das escolas e da comunidade que vive no entorno escolar no sentido de coibir as manifestações de violência dentro e fora da escola.. A citada Companhia realiza um acompanhamento estatístico das solicitações atendidas. Estes dados numéricos sobre as ocorrências mais freqüentes na escola e suas vítimas, colaboram para fornecer um conhecimento preliminar sobre o fenômeno da violência na escola, indicando a prevalência do sexo masculino nas ações violentas, o que nos aproxima do referencial teórico consultado a partir da identificação da violência tendo gênero como uma das categorias de análise e que, no processo de construção da identidade masculina a agressividade é estimulada precocemente contribuindo para a emergência de atitudes violentas.

As ocorrências mais freqüentes registradas pela CSE são situações tidas como indisciplina em que o aluno/a não quer obedecer às normas da escola obrigando a equipe diretiva da escola a solicitar ajuda do efetivo policial. Brigas e uso de drogas, seguido de arrombamentos e depredação do prédio escolar aparecem em segundo lugar e terceiro lugar respectivamente.

Para o Comandante, “a escola não tem ensinado ao alunado a necessidade de obediência às normas e regras, não tem feito o seu trabalho de ensinar os fundamentos básicos do viver em sociedade e não está preparada para o enfrentamento da violência no seu dia-a-dia”. A fala do comandante da CSE aproxima-se do referencial consultado, revelando o não cumprimento de um dos papéis da escola: educar para a obediência às normas e regras necessárias ao viver em sociedade. Deste modo, a função sancionadora da escola (Foucault, 2004), é substituída pela ação policial. Encontra apoio em Arendt (1994), quando esta afirma que a violência representa a ausência do poder, do agir em conjunto, que deveria ser contemplado pela equipe técnica a partir da orientação explicitada no Regulamento Interno e no Projeto Pedagógico da unidade de ensino.

Um outro aspecto por ele apontado, é que “estas crianças e adolescentes são oriundas de um meio em que a família esta fora dos padrões estabelecidos: geralmente o pai está desempregado, bebe, bate na mulher e nos filhos; a mãe trabalha ou se prostitui e a criança vive num ambiente em que a educação informal já vem deturpada, com valores diferentes daqueles que ela vai encontrar na escola”.

Afirma que “a cultura que o aluno trás do meio em que ele vive irá se refletir nos contatos que mantém na escola, no modo como age entre os colegas, professores e grupos dos quais faz parte”. Portanto, a cultura, (Safiotti, 2004, Michaud 2001, Arendt 1994, Colombier, 1989) é uma categoria basilar a ser investigada para a elucidação das expressões de violência na escola. Salienta que a escola é local que atrai violência e drogas, pois o jovem é “presa fácil” a ser incorporada ao mundo da contravenção. Para ele “a violência não está apenas na escola, vem de fora, da sociedade, materializando-se tanto na escola pública como na particular”.

O comandante não é a favor da permanência ostensiva da polícia dentro da escola, considera que o policial armado pode gerar no imaginário do jovem várias situações inclusive a do medo da autoridade, quando deveria aprender o respeito. É de opinião que “a prevenção é o meio educativo capaz de diminuir os casos de violência”. Entende-se que esta prevenção só poderá se efetivar a partir do envolvimento e comprometimento da comunidade escolar com o enfrentamento da violência tendo nas relações de gênero um dos pilares de análise.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A escola contemporânea encontra-se frente a desafios urgentes, sendo a violência um deles. (SPOSITO, 2006), considera que a escola, enquanto campo de conflitividade, que configura a interação entre jovens e instituições do mundo adulto deve ser investigada e submetida à crítica, esta crítica só poderá ocorrer através da pesquisa e da identificação dos pontos nevrálgicos a serem discutidos de modo que a escola realize sua função primária: formar jovens para o exercício da cidadania. Portanto, o envolvimento da escola no entendimento e a adoção de práticas pedagógicas que considerem a violência no manejo dos conflitos é indispensável à formação de novos estilos de masculinidade não-violentos e equânimes em relação ao feminino e às minorias sexuais com vistas à formação para a cidadania plena.

NOTAS

¹ ABRAMOVAY, Mirian e RUA, Maria das Graças. Violências nas escolas. Brasília: UNESCO, REDE ITÁGORAS, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDINE, 2003.

² CRUZ, Maria Helena S. Apresentação. IN: FARIAS ALVES. Amy Adelina Coutinho de. (org). “De gente agente só tem o nome” A mulher no sistema penitenciário em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira. 2001.

³ Jornal da Cidade, 09 de março de 2006: “Estudante de 14 anos mata colega de 16 dentro de escola no Bugio”.

⁴ Notícia veiculada no Jornal da Cidade de 8/9 de outubro de 2006, Caderno B4 – Aracaju-SE.

*Trabalho apresentado no II Encontro de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe.

1. ALVES, Amy A. C. Farias(org.). “De gente a gente só tem o nome”: a mulher no sistema penitenciário em Sergipe. Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2001.
2. ARAÚJO, Carla. *A violência desce para a escola: suas manifestações no ambiente escolar e a construção da identidade dos jovens*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
3. ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Delumará, 1994.
4. ABRAMOVAY, Mirian (org) e RUA, Maria das Graças. *Violências nas escolas* (versão resumida). Brasília: UNESCO, REDE ITÁGORAS, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDINE, 2003.
5. BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
6. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. RJ: Bertrand Brasil, 2004.
7. CANDAU, Vera M., LUCINDA, Maria da C. e NASCIMENTO Maria das Graças. *Escola e violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
8. CRUZ, Maria Helena S. Apresentação. In: FARIAS ALVES. Amy Adelina Coutinho de. (org). *De gente agente só tem o nome*. A mulher no sistema penitenciário em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira. 2001.
9. COLOMBIER, Claire, MANGEL, Gilbert e PERDRIAULT. *A violência na escola*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1989.
10. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v.1.
11. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
12. GOLDENBERG, Mirian. *Ser homem, ser mulher dentro e fora do casamento*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.
13. HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo Gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de Oliveira. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
14. HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
15. JOVCHELOVITCH, S. *Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
16. LA VILLE, L e Domme, Jean. Em busca da informação. In. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

-
17. MICHAUD, Yves A. *A violência*. São Paulo: Ática, 2001.
 18. MINAYO, M. C.de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6. ed. São Paulo: Hucite-Abrasco, 1999.
 19. MOREIRA, M^a de Fátima Salum, SANTOS, Lílian Piorkowsky. *Indisciplina na escola: uma questão de gênero?* In BRABO, Tânia S. ^a M. (orgs). Educação em Revista UNESP, Marília, n^o 03, 2002.
 20. MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1999.
 21. SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
 22. SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1993.
 23. ZALUAR, Alba (org). *Violência e educação*. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992.
 24. Site visitado: <http://www.scielo.br/scielo.php?script>. Artigo de Sposito, Marília Pontes – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Data da visitação: 20/7/2006.